

Do sertão à escravidão: reflexões do trabalho análogo à escravidão na Amazônia no romance *A Selva* (1930), de Ferreira de Castro

Ana Celia Costa ARANHA¹
Sérgio Wellington Freire CHAVES²

Resumo: o romance *A Selva* (1930), de Ferreira de Castro é um importante testemunho das perversidades do trabalho nos seringais da Amazônia e denuncia as inúmeras injustiças sociais enfrentadas pelos trabalhadores da borracha, muitos deles provindos do sertão nordestino. Diante disso, a partir de pesquisas bibliográficas, com abordagem qualitativa e de caráter analítico e reflexivo, buscaremos analisar no romance as condições de trabalho em que os migrantes sertanejos estavam submetidos nos seringais da Amazônia. E, a partir das reflexões, constatamos como essa condição corresponde ao que reconhecemos como trabalho análogo à escravidão, uma vez que esses migrantes eram submetidos a condições de trabalho que depreciavam a sua dignidade e restringiam muitos dos seus direitos básicos. Para a realização da pesquisa, recorreremos às contribuições teóricas de Gancho (2002); Silva (2010); Lacerda (2006) e dentre outros autores que versam sobre o tema.

Palavras-chave: Exploração. Sertanejos. Análise Literária.

Reflexões iniciais

Nascido em Portugal, o escritor José Maria Ferreira de Castro, ainda muito jovem, mudou-se para o Brasil a fim de melhorar de vida, uma vez que se encontrava em difíceis condições econômicas em seu país. Assim, como muitos outros migrantes, foi seduzido pelo desejo de enriquecimento gerado pelo auge do Ciclo da Borracha³. Desse modo, no ano de 1911, período em tinha apenas doze anos de idade, partiu rumo ao Pará, com a intenção de trabalhar na casa comercial de um parente que morava na cidade de Belém. Este o incentivou a buscar trabalho como guarda-livros em um seringal chamado Paraíso, nas margens do rio Madeira, no Amazonas. Nesse lugar, em um período de quatro anos, Ferreira de Castro vivenciou o drama e estado de escravidão em que muitos trabalhadores sertanejos eram submetidos na extração da borracha. E hoje, podemos encontrar a descrição ficcional verossímil desse momento em *A Selva* (1930), um dos seus livros mais conhecidos e lidos em diversos lugares.

¹ Graduanda do curso de Letras com habilitação em Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Pará, do Campus Universitário de Bragança, Pará. E-mail: anaceliacosta04@gmail.com.

² Doutor em Letras, professor orientador da Faculdade de Letras, Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará. E-mail: sergiofreire@ufpa.br.

³ Foi um período econômico na história do Brasil que ocorreu na região amazônica, principalmente, entre 1879 a 1912, impulsionada pela exploração do látex da seringueira para a produção da borracha.

A obra foi escrita somente quinze anos depois de sua partida da região amazônica. Para Alves (2018, p. 32), a demora se deve, certamente, pelo sofrimento que o escritor vivenciou, de modo que sempre buscou evitar encontra-se novamente com esse “velho terror”, como o próprio escritor relata em “Pequena história de ‘A Selva’”⁴:

Foi também por isso, talvez, que durante muitos anos tive medo de revivê-la literariamente. Medo de reabrir, com a pena, as minhas feridas, como os homens lá avivavam, com pequenos machados, no mistério da grande floresta, as chagas das seringueiras. Um medo frio, que ainda hoje sinto, quando amigos e até desconhecidos me incitam a escrever memórias, uma única confissão, uma existência exposta ao sol, que eu próprio julgo seria útil às juventudes que se encontrassem em situações idênticas às que vivi (Castro, 1972, p. 26).

Apesar desse medo de reviver as suas vivências, Ferreira de Castro via a necessidade de escrever o romance, pois, segundo Alves (2018, p. 32), a obra vinha pagar uma dívida pessoal que o escritor tinha com a floresta e, especialmente, aos seus companheiros de trabalhos invisibilizados que tanto sofreram nos seringais. Assim, ele buscou dar voz não apenas a si, mas também àqueles que foram seduzidos pelos desejos de riqueza, pelas falsas promessas e pelas necessidades que os suscitaram a trilharem por esse caminho:

Eu devia este livro a essa majestade verde, soberba e enigmática, que é a selva amazônica, pelo muito que nela sofri durante os primeiros anos da minha adolescência e pela coragem que me deu para o resto da vida. E devia-o, sobretudo, aos anônimos desbravadores, que viriam a ser meus companheiros, meus irmãos, gente humilde que me antecedeu ou acompanhou na brenha, gente sem crônica definitiva, que à extração da borracha entregava a sua fome, a sua liberdade e a sua existência (Castro, 1972, p. 21).

Dessa forma, Castro (1972) mostra, mediante sua narrativa, uma floresta não vista pelo mundo, narrando ficticiamente, por meio de um processo de verossimilhança, não apenas as experiências que viveu, mas as de vários “anônimos desbravadores” (Castro, 1972, p. 21) (nordestinos, negros, brancos, mestiços e caboclos), cuja existência e trabalho eram ignorados. Além de trazer ao mundo a imagem de uma Amazônia que não se resume apenas ao seu aspecto paradisíaco, revela também o cenário da realidade social brasileira vivenciada no período da extração do látex, evidenciando em sua narrativa a realidade vivida pelos homens que fizeram parte dessa selva. Desse modo, apesar de ter forte relação com as experiências do autor, o romance não narra as suas vivências, uma vez que não se trata de uma autobiografia. Contudo, não podemos deixar de considerar que a estrutura da narrativa mescla o fictício com o real, pois

⁴ Um breve resumo feito pelo próprio autor que retrata como foi a escrita da obra e antecede o romance em algumas edições, como a de 1972.

como o próprio Ferreira de Castro afirma: “[...] se é verdade que neste romance a intriga tantas vezes se afasta da minha vida, não é menos verdadeiro também que a ficção se tece sobre um fundo vivido dramaticamente pelo seu autor” (Castro, 1972, p. 27).

Além do mais, pelo romance ser escrito por um escritor português, podemos considerar que a obra possui um lugar tanto na produção literária portuguesa como também na literatura amazônica (brasileira), “[...] principalmente pelo fato de ter a natureza e os nativos como temática” (Braga e Silva, 2013, p. 145). Diante disso, Cristóvão (1974, p. 20 *apud* Braga, 2014, p. 156) destaca a possibilidade de “duas leituras complementares” do romance, em que em cada literatura é possível suscitar leituras diferentes, com recepções e perspectivas diversas, haja vista que são identidades culturais distintas, apesar de dividirem a mesma língua:

Cremos, aliás, poder-se ir mais longe na análise do significado desta presença nas duas literaturas, vendo nela não simplesmente o tratamento de temas diferentes mas, antes, perspectivas diversas dos mesmos, consoante os integramos no sistema cultural da literatura portuguesa ou no da brasileira. (Cristóvão, 1974, p. 20 *apud* Braga, 2014, p. 156)

Assim sendo, *A Selva*, publicada em 1930, apresenta um estilo realista e documental. Nela são apresentadas inúmeras descrições detalhadas e precisas da “majestade verde” (Castro, 1972, p. 21). Percebemos o cuidado do autor em retratar a beleza do ambiente amazônico, mas ao mesmo tempo, não deixa de recriar o crime efetuado contra muitos migrantes sertanejos que partiam para essa região com o intuito de ter um trabalho digno, o que torna a obra um testemunho mais impressionante das perversidades do trabalho dos que viveram nos seringais da Amazônia (Moisés, 1994, p. 163). Desse modo, no romance de Ferreira de Castro não se resume em narrar aventuras inverossímeis, comumente retratados em obras sobre selvas, buscou, acima disso, recriar o drama dos seringueiros na floresta, realidade essa que era desconhecida por muitos. Assim, Castro (1972) ao escrever o romance pretendia “fugir à regra”, desejava que a selva

mais do que um grande pano de fundo, fosse uma personagem de primeiro plano, viva e contraditória, ao mesmo tempo admirável e temível, como são as de carne, sangue e osso. A selva, os homens que nela viviam, o seu drama interdependente, uma plena autenticidade e nenhum efeito fácil — era essa a minha ambição (Castro, 1972, p. 30).

Dessa forma, a selva amazônica é apresentada na obra como o principal cenário das experiências vividas pelos personagens, ou seja, é um dos espaços centrais da narrativa. Este tem como funções situar as ações dos personagens e estabelecer uma interação com eles, seja influenciando suas atitudes, pensamentos e emoções (Gancho, 2002, p. 23). E no romance esse

espaço ganha diferentes interpretações pelos personagens, vista ora como um espaço hostil e opressor, ora como um espaço incrivelmente belo, além de ser caracterizada como um “ser” que domina os homens que habitam nela, aprisionando-os. Assim, o espaço ultrapassa o papel de ser apenas um lugar onde ocorre uma ação e passa pelo processo de personificação, isto é, tornando-se um personagem como os outros e interagindo com eles.

Além disso, ao observar a estrutura temporal de uma narrativa, Gancho (2002, p. 20) aponta que o tempo que se passa a história nem sempre coincide com o tempo real em que a obra foi publicada ou escrita. O romance em análise, como já citado, foi publicado em 1930, alguns anos depois do apogeu do Primeiro Ciclo da Borracha, que ocorreu entre 1879 a 1912, momento marcado por uma grande busca de sujeitos sertanejos por melhores condições financeiras, prometidas aos que se disponibilizassem a servir no trabalho da coleta do látex. Este é o contexto que “[...] constitui o pano de fundo do enredo” (Gancho, 2002, p. 20), ou seja, o tempo interno ao texto.

Já em relação a duração da história, para Gancho (2002), muitos enredos se passam em um curto período de tempo, enquanto outros são mais estendidos, assim, o romance em questão apresenta um transcurso de tempo mais extenso, equivalente aos vários dias que Alberto viveu no seringal. O enredo segue uma sequência linear, o que permite acompanhar a trajetória dos personagens sem que haja alteração na ordem em que ocorreram os fatos (Gancho, 2002, p. 21). A história tem início com Alberto, juntamente com vários cearenses e maranhenses, partindo rumo ao interior das terras do norte, com o intuito de trabalhar no seringal Paraíso. Ao longo da narrativa o tempo segue a trajetória de Alberto no espaço amazônico, desde o momento da sua viagem na embarcação fluvial “Justo Chermont” junto com milhares de migrantes sertanejos até sua chegada no seringal, onde trabalharia com a extração da borracha e, posteriormente, no barracão de seu Juca.

Alberto é o personagem principal do romance. É um imigrante português, “jovem alto e magro, cabelo negro e olhos amortecidos” (Castro, 1972, p. 38). A narrativa gira entorno de sua trajetória na floresta amazônica. Muitos críticos veem em Alberto como a própria figura de Ferreira de Castro, visto que ambos são portugueses que migraram para a Amazônia para trabalhar nos seringais, logo, é comumente realizada essa associação entre eles. Todavia, as experiências do escritor diferem das de Alberto, visto que tudo passa pelo processo da ficcionalização, ou seja, o personagem sempre será uma invenção, mesmo que se perceba que determinados personagens sejam baseados em pessoas reais (Gancho, 2002, p. 14).

Outro personagem que tem um grande destaque é Juca Tristão, o dono do seringal Paraíso, representando a figura do patrão que, em vários momentos da narrativa, explora os

trabalhadores por meio das vendas de produtos com valores altíssimo e punia com violência física os que tentavam fugir daquele sofrimento. Também vale mencionar personagens como Firmino, que na narrativa representam a imagem do povo sertanejo que partiu de sua terra natal com a ilusão de enriquecer por meio da extração do látex. Na obra, também observamos a presença de vários outros personagens sertanejos, que possuem um papel secundário no enredo. São homens tratados como “brabos” que em determinado momento tendem a se tornar “mansos”.

Além do mais, Vander Madeira (2007), ao refletir sobre a escolha do autor em escrever sua obra no formato de romance em terceira pessoa ao invés de uma autobiografia, declara que o que Ferreira de Castro desejou relatar não foi apenas o testemunho de um só homem, mas também o relato da “caminhada dos deserdados através dos séculos, em busca de pão e de justiça” (Castro, 1972, p. 21), isto é, dos vários anônimos que lutaram em busca de uma vida melhor. E ao fazer isso, ele insere esses anônimos na história, permitindo que esses sujeitos, cuja existência era ignorada, não sejam esquecidos. Diante disso, sob a voz do narrador, alheia e anônima, é possível acompanhar não apenas a vida e a trajetória do personagem principal, mas também focaliza na opressão vivida pelos vários sertanejos flagelados pela seca do sertão, com a ambição de adquirir as riquezas prometidas por meio do trabalho nos seringais. Nesse sentido, compreendemos que o narrador desempenha um papel essencial na condução da narrativa, visto que é por meio dele que passamos a conhecer a história a partir daquilo que é contado, dessa forma, não há narrativa sem a voz de um narrador, pois é ele o principal elemento estruturador da história (Gancho, 2002, p. 26).

Além disso, a partir da voz do narrador em terceira pessoa, é possível romper a questão da subjetividade característica de uma autobiografia, o que possibilita ao escritor transcender a realidade vivida, uma vez que as suas lembranças recaem sobre si como um pesadelo:

[...] não passa uma única semana sem eu sonhar que regresso à selva, após a evasão frustrada, e se volta, de cabeça baixa e braços caídos, a um presídio. E quando o terrível pesadelo me faz acordar, cheio de aflição, tenho de acender a luz e de olhar o quarto até me convencer de que sonho apenas [...] (Castro, 1972, p. 25).

É essa realidade que lhe gera tormento, o tema central da obra: a condição de escravidão e miséria vivida nos seringais da Amazônia. Esta é uma questão presente em grande parte das produções literárias e históricas do final do século XIX e início do século XX na Amazônia. O romance apresenta denúncias acerca da situação dos trabalhadores sertanejos na exploração da borracha, além de buscar valorizar a resistência e a luta desses sujeitos pela sua sobrevivência

e pela sua liberdade. Nesse período, muitos donos de seringais adotavam uma figura de “feitor” e utilizavam medidas de controles que restringiam a liberdade de muitos trabalhadores da borracha advindos do sertão nordestino, que incentivados pelo governo com falsas promessas, migravam para os seringais com a intenção de “enriquecer”. Entretanto, eles encontravam na região amazônica condições degradantes de trabalho, tais como as péssimas condições de moradia e alimentação; jornadas exaustivas; violência tanto física como simbólica, como por meio do endividamento que era considerado eterno, uma vez que deveriam pagar, com sua mão de obra, os custos desde sua viagem até a alimentação, moradia e materiais que utilizariam no trabalho na selva amazônica.

Tais aspectos caracteriza o que podemos chamar de trabalho análogo à escravidão, um tipo de exploração que ainda persiste, reinventando-se de diferentes maneiras e fazendo uso de diversos meios de dominação. Dessa forma, como apontado por Silva (2010, p. 64), o trabalho análogo ao escravo é caracterizado, principalmente, por meio das atitudes abusivas no âmbito das relações trabalhistas em que os trabalhadores são submetidos, sem “as mínimas condições de dignidade”. Sob o ponto de vista de Muzzi (2020), a pobreza é uma das principais causas para essa condição de trabalho. Marcados pela falta de renda e de acesso a serviços públicos, muitos sertanejos aceitavam essas propostas de trabalho, justamente pela situação de pobreza que muitos viviam nos sertões brasileiros. E por se encontrarem em situações precárias, aceitavam qualquer proposta de trabalho, que, frequentemente, surgia acompanhada de falsas promessas. À vista disso, os sujeitos sertanejos ao adentrarem nesse sistema não encontravam outra alternativa, por vezes, a não ser continuar se submetendo às condições de escravizado.

Sob tais perspectivas, buscaremos traçar algumas reflexões sobre os elementos característicos do trabalho análogo à escravidão a partir do romance *A Selva* (1930), de Ferreira de Castro. Para tanto, o presente trabalho será dividido em algumas categorias de análise, iniciando pela reflexão da condição de escravidão por meio do esquema de endividamento. Em seguida, discorreremos sobre as condições degradantes de trabalho, focando nas questões desumanas e precárias retratadas na obra. E por fim, abordaremos acerca da representação da figura do “feitor”, analisando as principais formas de exploração e dominação presentes na narrativa, seja pela representação do patrão, como também da própria selva. Para isso, recorreremos a contribuições teóricas de Silva (2010); Lacerda (2006) e dentre outros autores que versam sobre o tema.

O endividamento: da viagem ao pertencimento

No final do século XIX e início do século XX, iniciou-se o chamado Ciclo da Borracha na Amazônia brasileira, que proporcionou significativas mudanças econômicas, sociais e arquitetônicas, especialmente para a região Norte do país. Este período foi marcado por um alto índice de migrações de sujeitos que se deslocavam do sertão nordestino, com a intenção de trabalharem na extração do látex na região amazônica, uma vez que houve uma grande necessidade de mão de obra, que pudesse atender a alta demanda da coleta da borracha nos seringais. Em vista disso, milhares de migrantes sertanejos que viviam em condições desfavoráveis em virtude da fome, da seca e da falta de serviços públicos, partiam de sua terra natal até o espaço amazônico, em busca de um trabalho digno e na esperança de melhores condições de vida. Muitos deles foram “seduzidos” pelo próprio governo, com promessas e propagandas que divulgavam a imagem da Amazônia como uma “Terra de Promissão”, um “Eldorado” diante do cenário miserável que viviam no sertão. No romance *A Selva* (1930), o escritor expõe alguns dos percalços encontrados por esses migrantes ao partirem para os seringais amazônicos:

Quando seu Alípio foi ao Ceará buscar pessoal, me disse que um homem enriquecia logo que chegava aqui. Eu acreditei naquelas lorotas e, afinal, ainda não paguei a passagem. Eles, assim que nós chegamos, já não dizem mais coisas bonitas. Vendem tudo muito caro, que é para o seringueiro não arranjar saldo e ficar toda a vida nestas brenhas do diabo (Castro, 1972, p. 123).

Nesse trecho, podemos observar o desapontamento dos cearenses ao perceberem que foram enganados pelas garantias de enriquecimento e ao perceberem a realidade que deveriam enfrentar. Desse modo, ao pisar em solo amazônico, esses migrantes cearenses se deparavam com um cenário totalmente diferente, diante de uma situação de subserviência e sendo forçados a trabalharem em condições bastante degradantes. Ao adentrarem nesse espaço, esses retirantes ficaram imersos a uma prática de trabalho resigna aos patrões, até arranjam saldo para saírem da situação, isto é, até conseguirem liquidar as dívidas que eram contraídas antes mesmo de chegarem nos seringais, pois eram obrigados a pagarem as passagens e as despesas gastas durante sua viagem do sertão até a Amazônia, além de comprarem os elementos que utilizariam diariamente no seringal, seja relacionado à alimentação como também aos instrumentos de trabalho, tal como aponta Cunha (2020):

Ao serem inseridos nesse mundo do trabalho do espaço amazônico, o futuro soldado da borracha se encontraria imerso numa prática presente desde os períodos anteriores à batalha da borracha, onde o seringueiro acabava por ser capturado pelas dívidas contraídas com o patrão no barracão do mesmo, ao adquirir os gêneros de que necessitavam no seu dia a dia (Cunha, 2020, p. 10).

Dessa forma, podemos encontrar tal condição nas experiências vividas pelos personagens sertanejos do romance que migraram para a região Norte, a fim de melhores condições financeiras para sua família. Entretanto, eles depararam-se com uma péssima condição de trabalho e chegavam já endividados, como podemos observar no recorte a seguir:

Mas para com os «brabos», ignorantes do que era e não era indispensável, Juca Tristão procedia de maneira diferente. Ele próprio organizava a lista do aviamento; o boião para defumar, a bacia para o látex, o galão, o machadinho, as tigelinhas de folha, todos os utensílios que a extração da borracha exigia — e mais um quilo de pirarucu e uns litros de farinha, pois nos primeiros dias nunca um «brabo» sabe como se caça a paca e a cotia ou se pesca o tambaqui. Aquele era sempre o «talão grande», ao qual se juntavam posteriormente as despesas da viagem e mais empréstimos que prendiam por muitos anos ao seringal, em trabalho de pagamento, o sertanejo ingênuo (Castro, 1972, p. 101).

A partir desse fragmento, vemos que a dívida somada se tornava maior conforme eles iam trabalhando, submetendo-os a um trabalho forçado, de modo a saldar as despesas gastas, o que poderia durar muitos anos: “Quantos anos, quantos, para pagar a dívida, mesmo que tivesse sorte e saúde!” (Castro, 1972, p. 165). Em consequência disso, esses sujeitos se encontravam reclusos em um ciclo de endividamento constante, devido às altas cobranças de preços dos produtos e também pela falta de uma remuneração adequada.

Desse modo, mesmo que os sertanejos conseguissem alguma renda, esta não era suficiente para atender suas necessidades básicas, visto que o valor cobrado pelos barracões era altíssimo, como mostrado no seguinte trecho: “Mesmo aos que tinham, após muita labuta e economia, obtido algum saldo, ia-se-lhes ultimamente tudo quanto haviam ganho, pois os comestíveis forçados suplantavam em valor o que eles produziam” (Castro, 1972, p. 95). Logo, gradativamente, esse débito aumentaria, tornando os trabalhadores prisioneiros devido as altas dívidas contraídas, as quais “[...] raramente se fechava” (Castro, 1972, p. 152) e, conseqüentemente, sendo impedidos de retornarem à sua terra, a menos que pagassem todo o débito obtido.

Diante disso, muitos dos trabalhadores eram impedidos de deixar os seringais livremente, pois suas dívidas aumentavam à medida que os dias de trabalho passavam. A exemplo disso, observamos na narrativa a situação vivida pelos personagens Chico e o cearense Firmino, que vivem há vinte e há seis anos, respectivamente, no trabalho de extração na

tentativa de conseguirem saldo para retornarem à sua cidade natal, o que dificilmente aconteceria devido a esse ciclo de endividamento que os prendiam nos seringais amazônicos por muito tempo (Castro, 1972, p. 187). Isso ocorre, principalmente, devido ao sistema de aviamento que tornava ainda mais difícil o pagamento total dos débitos. Esse sistema foi um dos principais meios que levou os migrantes sertanejos a uma condição análoga à escravidão, uma vez que era o principal aparato de exploração da mão de obras nos seringais amazônicos, visto que os trabalhadores compravam a créditos os elementos essenciais para seu pertencimento, o que resultava em dívidas permanentes.

Desse modo, muitos desses indivíduos se tornavam escravos por meio desse sistema, sujeitos a trabalhar em qualquer situação, a fim de pagar as contas adquiridas, sem a possibilidade de retornar para sua terra de origem, enquanto as dívidas não fossem liquidadas e, caso houvesse tentativa de fuga, as consequências poderiam ser extremas, chegando a resultar em mortes. Para os migrantes nordestinos, que viam a Amazônia como uma possibilidade de riqueza, eram o que mais importava: pagar as despesas, pois visualizavam nisso a esperança de regresso ao sertão: “Aos «brabos», sobretudo, crenes ainda em melhores dias vindouros, a conta interessava, pois cada um ia visionando o breve regresso à família” (Castro, 1972, p. 152).

Nessas perspectivas, submeter alguém a uma condição de trabalho forçado devido a contração de dívidas é uma das características que define o trabalho análogo ao escravo, como descrito no artigo 149 do Código Penal⁵:

Artigo 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena- reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º. Nas mesmas penas incorre quem:

I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º. A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I - contra a criança ou adolescente;

II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Nesse artigo é apresentado uma definição jurídica do que a lei brasileira reconhece como trabalho análogo ao escravo. Podemos observar que esta condição é uma prática que ainda se perpetua nos dias atuais. Segundo dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Aspectos das Relações de Trabalho e Sindicalização 2015, divulgada pelo Instituto

⁵ Lei nº 10.803 de 11 de dezembro de 2003.

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 1,5 milhão de pessoas não podem deixar o emprego por possuírem algum tipo de dívida com seus empregadores, seja relacionado à alimentação, moradia, transporte, como também gastos com os instrumentos de trabalho e outros tipos de débitos. Além disso, o endividamento pode ser considerado como uma violência puramente simbólica, conceito desenvolvido por Bourdieu (2012, p. 07), o qual a define como “suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas”, ou seja, torna-se uma prática de exploração e violência que, frequentemente, não é percebida por quem a sofre. Além do mais, a partir do instante em que a dívida se torna uma única opção para suprir as necessidades básicas dos sujeitos, constatamos uma dinâmica em que o endividamento não envolve apenas uma questão econômica, mas também funciona como um mecanismo de controle e dominação social, mantendo-os em situação de dependência.

Desse modo, compreendemos que a servidão por dívida, como apresentada no romance, representa uma forma de dominação que impõem aos trabalhadores um determinado serviço que os priva, por vezes, de sua liberdade e de outros direitos. Essa situação perdura ao longo dos séculos, percorrendo pelo período do Ciclo da Borracha até os dias atuais. Diante disso, é de suma importância promover maiores discursões sobre essa questão, a fim de compreender a maneira como ocorre o trabalho em condição análoga à escravidão, principalmente no que diz respeito à servidão por dívida, pois muitos podem se encontrar nessa condição sem perceberem, uma vez que podemos considerá-la, como supracitado, uma condição “invisível” às vítimas.

Trabalho degradante: um retrato das privações e violações no interior da Amazônia

Antes de tudo, é preciso entender o que define o trabalho em condição degradante, visto que se trata de um dos elementos que caracteriza o trabalho análogo à escravidão. Dessa forma, para Marques *et al.* (2012, p. 05), uma atividade em condição degradante se constitui, comumente, como aquela que submete os trabalhadores a péssimas condições de trabalho, sem garantia de segurança, de saúde e de alimentação adequada, além de jornadas exaustivas e condições de moradias precárias, privando os empregados de seus direitos e violando a sua dignidade. Na concepção de Andrade (2006 *apud* Silva, 2010, p. 56) o trabalho em condição degradante

[...] é aquele que priva o trabalhador de sua dignidade, que o despreza como sujeito de direitos, que o rebaixa e deteriora sua saúde. [...] aquele desenvolvido sob péssimas condições e com remuneração incompatível, sem as garantias mínimas à segurança e saúde do trabalhador e com limitação à alimentação e moradia (Andrade, 2006 *apud* Silva, 2010, p. 56).

Do mesmo modo, de acordo com o conceito disposto pela Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nº 1.293/2017, o trabalho degradante é caracterizado pela negação da dignidade humana por meio da violação dos direitos necessários do empregado, principalmente aqueles estabelecidos nas regulamentações de proteção e de segurança, higiene e saúde no ambiente de trabalho. Na visão de Silva (2010, p. 57), essa condição se caracteriza como aquela que, mesmo realizada de forma voluntária por parte do empregado, é imposta sob condições subumanas, com inobservância às normas de trabalho, de segurança, de saúde, desrespeitando os princípios da dignidade e prejudicando a integridade física e psíquica dos trabalhadores. Nesse sentido, com base nessas definições apresentadas, compreendemos que caracterizar o trabalho em condição degradante envolve diversas perspectivas, as quais se agregam em um único aspecto: o desprezo à dignidade dos indivíduos por meio das condições subumanas de trabalho nas quais são impostos.

Diante disso, em *A Selva* (1930), é descrito, ao longo de sua narrativa, algumas das condições precárias que muitos sertanejos vivenciaram no seu dia a dia durante o trabalho na extração da borracha. Apesar do contexto fictício narrado no romance, não podemos deixar de considerar o cenário real por trás da obra. Assim, ao lermos a narrativa, observamos episódios de negligência e desumanização, tal como o descaso em relação à saúde física dos sertanejos por parte dos patrões representado neste trecho da obra: “O pior é quando nós estamos tremendo com febre e chega seu Balbino ou seu Caetano. Nunca acreditam aqueles homens que nós estamos doentes mesmo e dizem que é preguiça” (Castro, 1972, p. 130). Este fragmento, situação descrita pelo personagem Firmino, apresenta um reflexo dos momentos de negligência à dignidade do ser humano vivenciados naquele período.

No romance observamos que este cenário degradante se sucede antes mesmo da chegada ao seringal Paraíso. Durante a viagem na embarcação “Justo Chermont”, já percebemos diversas situações desumanas em relação aos migrantes cearenses e maranhenses que estavam a bordo. Estes eram segregados dos demais passageiros: enquanto os de primeira classe, isto é, os “[...] proprietários de seringais, funcionários do Estado e ricos bolivianos [...]” (Castro, 1927, p. 49), ficavam no convés superior do navio. O “rebanho”, como são chamados pelo narrador, eram dirigidos para a terceira classe, descrita como um local bastante precário: “O convés, ao contrário do de cima, era úmido, sujo e escorregadio. Dir-se-ia que visco fluido e repulsivo se exalava de toda a parte, estendendo-se sobre a pele, furando até os poros.” (Castro, 1972, p. 50). Essa descrição do narrador sugere um ambiente bastante opressivo e desconfortável, demonstrando que não havia nenhuma consideração quanto ao bem-estar dos indivíduos.

Além disso, é descrito como um ambiente extremamente pequeno para a quantidade de pessoas a bordo: “Na terceira, a caterva humana apertava-se, e tripulante que quisesse romper o grupo tinha de eleger os cotovelos como argumento. Todo o rebanho, porém, se humilhava, incerto nos passos a dar e evocando, ainda com terror, a viagem do Ceará até ali” (Castro, 1972, p. 53). As situações narradas revelam os momentos antes da chegada desses migrantes aos seringais, ainda marcados pelo sonho do “Eldorado”, até que, em certo momento, estes sonhadores passavam a compreender a realidade que teriam que enfrentar diariamente em solo amazônico, isto é, as diversas situações de privações e de opressões.

Nessa perspectiva, Guillen (2009, p. 248) descreve que a jornada de trabalho da extração do látex começava geralmente pela madrugada e se estendia em uma rotina, aparentemente, monótona. Então, começavam em uma determinada área e seguiam na estrada realizando os cortes nas árvores até chegar novamente ao ponto de partida, a fim de iniciarem novamente o trajeto, já coletando o látex das tigelinhas. Em seguida, passam para o processo de defumação, finalizando, dessa forma, sua jornada de trabalho, pronto para iniciá-la novamente no dia seguinte. Toda essa jornada se dava entre 12 a 14 horas de trabalho por dia. Com base nessa sucinta descrição, o trabalho da extração não se mostra tão complexo, entretanto, é importante considerar o fato que esses trabalhadores se encontravam em um ambiente extremamente hostil, pois como a autora expõe: “[...] o viver nessa floresta talvez não fosse para os migrantes tão corriqueiro e simples, nem ao menos monótono” (Guillen, 2009, p. 248).

Isso decorre porque era na vida diária nessa floresta que muitos migrantes sertanejos extraíam os meios necessários para o trabalho e para a sua sobrevivência, especialmente para o fornecimento da alimentação, visto que, em vários momentos, eles eram privados de adquirir os produtos vendidos nos barracões, tal como retratado nesta passagem: “[...] Mas se o trabalhador, por curta estada ali, por doença ou preguiça não conseguira resolver a dívida inicial, que rebentasse de fome, pescasse ou caçasse, pois não lhe forneceria nada para além do valor da sua produção” (Castro, 1972, p. 100). Esse tratamento também é evidenciado em outros momentos na narrativa, tal como observamos neste trecho: “Quando vamos, no domingo, ao barracão comprar que comer e que beber, seu Juca não vende nada e ainda nos chama malandros” (Castro, 1972, p. 130). Nesses fragmentos, o dono do barracão se recusa a fornecer alimentos para aqueles que não conseguiam liquidar suas dívidas, seja por motivo de doença ou por outros, assim como quando não conseguiam produzir: “Quem não produzia, não comia, era uma velha lei que não se podia alterar” (Castro, 1972, p. 219).

Essa privação em relação à alimentação levava os migrantes a se arriscarem e recorrerem aos alimentos que a selva lhes oferecia, mesmo que fossem proibidos pelos seus

padrões muitas das vezes. Assim, os frutos, a caça, a pesca e mesmo a prática de agricultura, foram algumas das principais alternativas encontradas para garantir a sua subsistência. Entretanto, apesar desses artifícios, ainda era recorrente a problemática da fome e da miséria nessas regiões. Em um estudo realizado por Lacerda (2006), é apresentado alguns relatos extraídos do jornal *Folha do Norte*, que expõe as inúmeras situações degradantes vivenciadas nos seringais amazônicos no final do século XIX. Um exemplo disso é a história de um jovem cearense que se tornou notícia após falecer devido à falta de alimentos. Segundo o noticiário, diversas outras pessoas também morreram devido à fome. O proprietário do seringal travava seus empregados de forma extremamente violenta e desumana, muitos deles eram acorrentados e espancados com cipós cheios de espinhos. Além disso, não havia o fornecimento mínimo de alimentação e, conseqüentemente, muitos acabavam morrendo ao longo do tempo devido ao excesso de trabalho e aos maus-tratos sofridos (Lacerda, 2006, p. 229). Situações como essas são exemplos dos inúmeros danos sofridos por aqueles que foram para a Amazônia em busca de uma história diferente.

Em vista disso, entendemos que o trabalho em condição degradante, um dos elementos que constitui o trabalho análogo, é marcado, especialmente, pela submissão a tratamentos cruéis e desumanos, por condutas que violam os preceitos da dignidade do ser humano, impondo-os a condições implausíveis, bem como os privando dos seus direitos básicos, como destacado neste fragmento da obra: “Não havia certamente limite algum para as baixezas a que um ser humano podia descer, se o escravizavam e privavam de tudo quanto era essencial à vida»” (Castro, 1972, p. 251). Além do mais, outra condição diz respeito à garantia de segurança nos seringais que era tratada com extremo descaso por parte dos patrões. No ambiente em que viviam os sertanejos havia uma grande ameaça dos povos indígenas, assim como a presença de animais selvagens e, além disso, existia a ameaça de doenças que eram bastantes recorrentes naquela região. Na obra de Ferreira de Castro (1972), os migrantes sertanejos ficavam à mercê de apenas um rifle para a sua defesa, que, em muitos momentos, não conseguiam adquirir-lo, pois o dono do barracão se recusava a vendê-lo, assim, demonstrando a sua indiferença no que se refere a segurança física dos seus empregados:

Lá dentro repete-se o diálogo de há pouco, agora entre um « brabo» de Popunhas e Juca Tristão, que lhe negava também um rifle.
Uma frase trouxe Alberto à realidade:
— Eu não vim aqui para perder a vida, seu Juca!
— Nem eu para perder o meu dinheiro! Saia, saia já da minha vista! (Castro, 1972, p. 156).

Dessa forma, na narrativa são descritos vários casos de indivíduos que morriam em decorrência dos conflitos com os povos nativos devido às privações impostas como a retratada no trecho. Além disso, a vida dos sertanejos também se limitava pela falta de garantia referente à saúde, muitos morriam em virtude das doenças, assim como pelas situações precárias em que viviam. Na obra, observamos novamente a depreciação em relação a condição física dos indivíduos no seguinte trecho: “— O Feliciano estava com dor de barriga e ele disse que era preguiça. E, no domingo, não lhe vendeu nada para comer... nada” (Castro, 1972, p. 158). Ao longo do romance, encontramos o testemunho desse extremo menosprezo no que diz respeito às condições básicas dos trabalhadores e da sua dignidade, dando mais importância para os lucros a serem obtidos que para a vida humana, como observado no trecho acima, em que o dono do seringal se preocupa mais com a renda financeira do que com a garantia de segurança de um dos seus empregados.

Assim sendo, a vida na floresta amazônica era uma realidade bastante difícil para os migrantes sertanejos. Eles eram mal alimentados, viviam em situações de penúria e desumanas, além de serem vítimas de diversas doenças e de conflitos naturais: “[...] os anônimos desbravadores iriam caindo, inexoravelmente, sob as febres palustres, traspassados pelas flechas envenenadas, desvairados pela ausência do amor — escravos, pobres, miseráveis, ali onde a natureza erguia as suas mais fastidiosas pompas!” (Castro, 1972, p. 260). A vida na floresta amazônica era complexa e desafiadora, mesmo que aparentasse monótona. De acordo com Silva (2017, p. 68) muitos desses trabalhadores da borracha morriam por doenças, pelo excesso de trabalho, pela fadiga, por suicídio e por conflitos pessoais. Assim, é nessa selva complexa descrita por Castro (1972) que temos um vislumbre das privações e violações da dignidade humana que sucediam naquele período e que ainda podemos encontrar de diversas maneiras nos mais diversos segmentos da vida humana.

O “feitor”: análise das explorações e dominações no romance *A Selva* (1930)

Além da condição precária em que os sujeitos sertanejos viviam nos seringais, não podemos deixar de considerar as outras violações e explorações que eles enfrentavam diariamente no interior da Amazônia. Venda de produtos com valores exorbitantes, violência física e psicológica, são alguns dos elementos que refletem a exploração e dominação sofrida na selva amazônica. Nesta perspectiva, buscaremos refletir sobre o modo como a figura do “feitor” é representada no romance. O termo “feitor” faz alusão às principais formas de

exploração e dominação presentes na narrativa, seja pela representação do patrão, como também da própria selva, por meio das descrições que ela recebe ao longo do romance.

Diante disso, Ferreira Reis (1997 *apud* Lacerda, 2006, p. 230) descreve a imagem do patrão como a principal autoridade do seringal, visto como desumano e explorador, com caráter disciplinador e “violento, indo mesmo à barbárie no trato com seus homens”. Na concepção de Silva (2017, p. 55), independente da forma como é representado ou descrito em diferentes obras literárias de contexto amazônico, a principal atuação desse patrão consiste em “encerrar as famílias nos seringais pelas dívidas contraídas ao entrarem nesse trabalho, além do controle do território e dos seus corpos.”. Dessa forma, percebemos que essa figura é marcada, especialmente, por esse caráter dominador e explorador que busca se beneficiar às custas dos seus subjugados. Na obra de Castro (1972), essa figura é representada, principalmente, pelo personagem Juca Tristão, dono do seringal Paraíso.

Em diversos momentos na narrativa ele aparece explorando os sertanejos por meio da venda de produtos com valores altíssimos, como mostra este fragmento: “Estavam ali as faturas, vendendo a Juca Tristão por cinco, o que ele entregava aos seringueiros por quinze e muitas vezes até por vinte. [...]” (Castro, 1972, p. 212). Podemos dizer que essa prática está ligada aos motivos que prendiam esses migrantes em solo amazônico, especialmente, no que concerne ao sistema de endividamento. Como já abordado, os seringueiros sertanejos estavam sempre a dever ao patrão, com dívidas altíssimas “que raramente se fechava.” (Castro, 1972, p. 152), isso devido a esses altos valores comprados. E, segundo Lima (2009, p. 35 *apud* Alves, 2018, p. 41), essa dívida proporcionava ao padrão “amplos poderes” sobre eles, uma vez que eram impedidos de sair sem que os débitos fossem liquidados.

Outras situações de controle e exploração que podemos encontrar na narrativa é o impedimento da presença de mulheres e dos demais familiares: “Se um homem tivesse família aqui trabalhava menos para o patrão [...] e seu Juca não quer isso. O que seu Juca quer é seringueiro sozinho, que trabalha muito com a ideia de tirar saldo para ir ver a mulher ou casar lá no Ceará” (Castro, 1972, p. 140). Nessa fala de Firmino é descrito mais um meio de exploração que os sertanejos enfrentavam. Sem a presença dos familiares, o “sertanejo ingênuo” trabalharia mais com o intuito de poder regressar a sua terra de origem e ver sua família e, com isso, o patrão ganharia ainda mais às custas desse desejo de regresso.

Além disso, na obra são descritos diversos episódios de violência física, como os momentos que Juca surge punindo fisicamente aqueles que tentavam fugir ou os que ousavam lhe afrontar: “Muitos seringueiros exibiam cicatrizes de golpes de terçados que ele lhes dera, em arremetida desafrontadora” (Castro, 1972, p. 207). Um dos principais momentos da

narrativa é marcado por um ato violento causado pelas condutas do patrão. É narrado uma ocasião em que cinco seringueiros são presos e torturados em um tronco, pois haviam tentado fugir: “Estão amarrados num tronco, como os negros que eram escravos, e fechados à chave para que ninguém lá vá” (Castro, 1972, p. 292). Além disso, o patrão chega a ordenar que os batessem com um peixe-boi como forma de castigo, como mostra a passagem a seguir: “— É que o Alexandrino bateu, esta noite, com um peixe-boi nos homens. E eles gritaram... [...] — A culpa não é dele. Foi seu Juca quem mandou. E durante oito dias eles não comem...” (Castro, 1972, p. 294-295). Essa atitude foi um dos gestos mais cruéis descrito no romance e proporciona um reflexo das formas como muitos donos de seringais agiam com relação aos trabalhadores da borracha.

Além disso, um ponto importante apresentado na obra é o que concerne à exploração em cadeia. O personagem Juca Tristão participava de uma hierarquia de exploração em que ele mesmo era explorado, como mostra o fragmento a seguir: “Era uma exploração em cadeia. A casa aviadora explorava Juca, ele, por sua vez, explorava os seringueiros, que eram, no fim, os únicos explorados. Mas Juca podia, ao menos, protestar, enquanto que aos seringueiros nem sequer isso seria permitido».” (Castro, 1972, p. 282). Como podemos constatar no trecho, o patrão não se encontrava no topo dessa cadeia de exploração, entretanto, os abusos que ele sofria eram insignificantes perto do que os trabalhadores sertanejos eram impostos, uma vez que estes não tinham, pelo menos, a liberdade de protestar como Juca Tristão tinha.

Não obstante, esse cargo lhe proporcionava diversos outros benefícios, dos quais os migrantes não poderiam usufruir: “Somente Juca Tristão gozava o privilégio de poder ausentar-se dali sempre que assim o entendesse. Era o único que partia, com bom saldo na carteira, subisse ou descesse a borracha.” (Castro, 1972, p. 224). E um desses benefícios, como mostra no trecho, era a liberdade de sair sempre que quisesse, o que os sertanejos eram proibidos, a não ser que pagassem o que deviam. Contudo, até isso era algo que dificilmente acontecia, pois, constantemente, eram enganados e continuavam pagando dívidas já liquidadas a muito tempo: “— Aqueles homens já não deviam nada. Há muito tempo que tinham pago, quatro ou cinco vezes mais do que o seu justo valor, tudo quanto haviam consumido. [...]” (Castro, 1972, p. 282).

Por meio dessas e outras situações que fizeram com que a selva ganhasse uma nova perspectiva ao longo da obra. No início da narrativa observamos a imagem de uma selva vista como um “paraíso” e sinônimo de prosperidade. Sob tal ponto de vista, muitos sertanejos foram “seduzidos”, interessados pelos os benefícios que ela poderia lhes proporcionar: “Era, então, a Amazônia um ímã na terra brasileira e para ela convergiam copiosas ambições dos quatro

pontos cardeais, porque a riqueza se apresentava de fácil posse [...]” (Castro, 1972, p. 41). Entretanto, após chegarem nessa região, a visão de “Eldorado” se desfazia, haja vista que tiveram que lidar com as inúmeras situações desumanas em que eram submetidos. Assim, a floresta ganha uma nova perspectiva, vista agora como um “inferno verde”, que aprisiona e domina os que vivem nela.

Na narrativa, a selva amazônica surge personificada como uma “selva dominadora” (Castro, 1972, p. 84), que “possui vontade própria e reina sobre o homem, o qual se queda impotente diante da sua grandeza e magnitude” (Chaves; Rodrigues; Lira, 2007, p. 14).

[...] os que de começo, espalhavam energias, acabavam mostrando depauperamento; os que haviam trazido expressão de futuros vencedores, arrastavam-se depois como vencidos; e por um que regressava ao ponto de partida, quedavam ali, para sempre, centenas de outros, esfrangalhados, palúdicos, escravizados ou mortos. A selva não perdoava a quem pretendia abrir os seus arcanos [...] (Castro, 1972, p. 159).

Nessa passagem, observamos como os que ali entravam com a intenção de dominá-la e de extrair riquezas caíam gradativamente diante da opressão vivida nessa “floresta luxuriosa e tirânica” (Castro, 1972, p. 267), que não se deixava dominar. Na obra, a selva ganha a representação de um “ser” perverso, que “[...] vista por dentro, oprimia e fazia anelar a morte.” (Castro, 1972, p. 115). Podemos inferir que esta característica surge, principalmente, pelas experiências vividas por aqueles que ali buscavam melhores condições de vida, como bem corrobora a visão de Gonçalves (2005, p. 88 *apud* Alves, 2018, p. 43), de que o verdadeiro inferno não se refere aos problemas de uma vida nesse ambiente “complexo e misterioso”, mas sim “à vida nos seringais”, aos tormentos que envolviam a exploração dos seringueiros, por meio dos maus-tratos e das privações que eles eram sujeitados nessa floresta. Com isso, vemos na narrativa que outras visões também são atribuídas à Amazônia, como a de um cárcere a céu aberto: “[...] a selva era cárcere sem porta e enquanto as feras, reconquistada a terra nativa, por ela andavam livremente, estavam presos os homens” (Castro, 1972, p. 240). Assim como, a visão de uma “selva cúmplice e silente” dos crimes que ali eram cometidos: “[...] aquela irredutibilidade que protegia dramas e escravidões ou até os provocava [...]” (Castro, 1972, p. 268).

Muitos sujeitos sertanejos viveram presos nesse “cárcere verde”, submetidos às situações de exploração, seja pela figura do patrão como também pela própria selva amazônica. Diante disso, Ferreira de Castro (1972) apresenta a figura de ambos como uma das formas de representar a exploração e dominação, revelando a intrínseca relação que eles desempenham para a criação desse ambiente opressor. O patrão surge como um exemplo da dominação

econômica e social exercida sobre os trabalhadores, com práticas abusivas que intensificam o sofrimento desses migrantes. Já a Amazônia torna-se tanto uma cúmplice como uma provocadora dessas barbáries que sucediam nos seringais amazônicos. Essa perspectiva diversificada e crítica da realidade amazônica evidencia a complexa relação de poder e dos percalços vividos pelos sertanejos na tentativa de melhorarem de vida, em outras palavras, o romance não apenas apresenta as condições de explorações que eles enfrentavam na Amazônia, mas também oferece uma profunda reflexão dessas situações.

Reflexões finais

O romance *A Selva* (1930), de Ferreira de Castro é um importante testemunho das perversidades do trabalho nos seringais amazônicos e apresenta inúmeras denúncias das injustiças sociais presentes naquele período. Observamos que o escritor cumpre com o seu objetivo e apresenta um riquíssimo vislumbre das injustiças vividas no interior da Amazônia, dos vários “anônimos desbravadores” que lutaram pelo sonho de melhorarem de vida. Compreendemos que a realidade que muitos migrantes sertanejos viveram nesse período vai muito além do que o escritor consegue repassar por meio de sua ficção. Contudo, não podemos deixar de considerar a riqueza de detalhes e a relevância que o romance desempenha ao descrever, por meio da verossimilhança, a exploração e a condição de trabalho desumano a que os sujeitos sertanejos eram submetidos. E constatamos como essa condição corresponde ao que reconhecemos como trabalho análogo à escravidão, pois submete essas pessoas a situações de trabalho que depreciam a sua dignidade, impondo-as sob situações degradantes e restringindo muitos dos seus direitos básicos.

Assim, podemos perceber essa problemática abordada no romance a partir da privação por meio de dívidas contraídas antes mesmo dos migrantes chegarem nos seringais, pois eram obrigados a pagarem pelas despesas da viagem do sertão até a Amazônia, assim como os elementos necessários para sua sobrevivência na selva. Em virtude disso, eram impedidos de retornar livremente para sua terra natal, sem antes pagarem esses débitos. Além das condições desumanas em que eram impostos, mediante ao descaso em relação à alimentação, à saúde e à segurança, bem como às explorações e extorsão que sofriam dos seus patrões, seja por meio das vendas de produtos com valores exorbitantes, seja por meio da violência física e simbólica que sofriam constantemente na floresta amazônica.

Além disso, percebemos que essa prática de exploração de trabalho é algo que vem se reinventando de diferentes maneiras, as quais, frequentemente, é do desconhecimento da

sociedade. Diante disso, consideramos essenciais maiores discussões sobre essa problemática que é considerada crime pela legislação brasileira. Assim, ao tratar dessa questão, poderemos possibilitar diversas implicações para a sociedade, uma vez que se relaciona com as condições de trabalho que nela se estabelece, em que ainda é possível constatar a presença de condições indignas consideradas análogas à escravidão.

Referências

ALVES, Ivanete da Silva. **Imagens da Amazônia em Ferreira de Castro e Milton Hatoum**. Dissertação (Mestre em Letras: Estudos Literários) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAGA, Débora R. F. **Ferreira de Castro: personagem**. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes) – Pós-Graduação em Letras e Artes, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2014.

BRAGA, Débora R. F.; SILVA, Allison M. L. A selva, de Ferreira de Castro: representações das margens e das minorias. **Revista Língua e Literatura**, v. 15, n. 24, p. 143-163, ago. 2013

BRASIL. **Código Penal**. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/569701>. Acesso em: 25 dez. 2023.

BRASIL. Portaria do Ministério do Trabalho nº 1.293, de 28 de dezembro de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2017. Disponível em: https://www.trt2.jus.br/geral/tribunal2/ORGAOS/MTE/Portaria/P1293_17.html. Acesso em: 05 mar. 2024.

CASTRO, Ferreira de. **A Selva**. São Paulo: Editora Verbo, 1972.

CHAVES, Maria; RODRIGUES, Débora; LIRA, Talita. **Amazônia**: as relações sociais sob o prisma da narrativa de Ferreira de Castro. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 3, set-dez, 2007.

CUNHA, Tuylla Rayane Tavares da. Dos sertões nordestinos aos seringais amazônicos: trabalho, exploração e resistência. In: XIII Encontro Estadual de História: História e Mídias: narrativas em disputas, 2020, Pernambuco. **Anais eletrônicos** [...]. Pernambuco: Associação Nacional de História, 2020. Disponível em: [1601490426_ARQUIVO_af20e58bba143c3513ce177b98f15043.pdf](https://www.annh.org.br/Arquivos/1601490426_ARQUIVO_af20e58bba143c3513ce177b98f15043.pdf) Acesso em: 21 dez. 2023.

GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Ática, 2002.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da Selva**: histórias da migração nordestina para a Amazônia. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2009.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: aspectos das relações de trabalho e sindicalização. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará**: Faces da sobrevivência (1889-1916). Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MADEIRA, Valder. Caminhos cruzados. **Revista Crioula**, São Paulo, n. 1, maio 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/52777> Acesso em: 15 set. 2023.

MARQUES, Aline Fernandes *et al.* O trabalho análogo às condições de escravo no Brasil do século XXI. **Amicus Curiae**, v. 9, n. 9, 2012.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa em perspectiva**. São Paulo: Atlas, 1994.

MUZZI, Maritza Barcellos. **O trabalho escravo na Amazônia legal**: concentração fundiária e discriminação estrutural. 2020. Monografia (Bacharelado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SILVA, Katiane. Para o Pará e o Amazonas: látex: notas sobre as pressões e violações no interior da Amazônia na economia extrativista. *In*: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes (org.). **Amazônias em tempos contemporâneos**: entre diversidade e adversidades. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

SILVA, Marcello Ribeiro. **Trabalho análogo ao de escravo rural no Brasil do século XXI**: novos contornos de um antigo problema. 2010. Dissertação (Mestre em Direito Agrário) – Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, 2010.

From sertão to slavery: reflections of the work analogous to slavery in the Amazônia in the novel *A Selva* (1930), by Ferreira de Castro

Abstract: The novel *A Selva* (1930), by Ferreira de Castro is an important testimony to the perversities of work in the rubber plantations of the Amazônia and denounces the numerous social injustices faced by rubber workers, many of them coming from the northeastern hinterland. Therefore, based on bibliographic research, with a qualitative approach and of an analytical and reflexive character, we will seek to analyze in the novel the working conditions in which the sertanejo migrant were submitted in the Amazônia rubber plantations. And based on reflections, we observed how this condition corresponds to what we recognize as work analogous to slavery, since these migrants were subjected to working conditions that depreciated their dignity and restricted many of their basic rights. For this study, we will use theoretical contributions of Gancho (2002); Silva (2010); Lacerda (2006) and among other authors who deal with the subject.

Keywords: Exploration. Sertanejos. Literary Analysis.